
LEIA NESTA EDIÇÃO

1 - Momento de Reflexão; 2 - Seminário vai discutir produção de mel de abelhas-sem-ferrão no litoral do Paraná; 3 - Curso Manejo de Abelhas Nativas sem Ferrão; 4 - Curso de Própolis; 5 - Apacame Convida; 6 - COP-10 da CDB: Países buscam mais uma chance de preservar biodiversidade global; 7 - Hora das indígenas; 8 - Conheça mais sobre o tráfico de animais silvestres no Brasil; 9 - Brasil cumpre apenas duas das 51 metas nacionais para preservação da biodiversidade; 10 - Abelhas sem ferrão atuam na disseminação da vida; 11- Site Interessante: IPEMA

1 - Momento de Reflexão

"Não eduque seu filho para ser rico, eduque-o para ser feliz. Assim ele saberá o VALOR das coisas e não o seu PREÇO" – Max Gehringer

2 - Seminário vai discutir produção de mel de abelhas-sem-ferrão no litoral do Paraná

Criação de insetos nativos é considerada ecologicamente mais sustentável. Entre os dias 12 e 14 de novembro, acontece em Matinhos, PR, o 4º Seminário Paranaense de Meliponicultura - cultivo, geralmente artesanal, de abelhas-sem-ferrão, subfamília que tem no litoral do estado um de seus habitat naturais.

Promovido pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) Litoral, com o apoio da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab) do estado, o evento espera receber 400 participantes para debater a produção desse tipo de mel como alternativa sustentável de renda.

Como cerca de 90% da polinização das flores em uma floresta é feita por abelhas nativas, o uso desses insetos representaria uma relação de interdependência entre os meliponicultores e a natureza. Ou seja, garantiria a produção do mel e a diversificação do trabalho no campo, especialmente porque o litoral do Paraná ainda mantém boa parte da mata nativa preservada.

Nesta edição, o seminário deve incluir visitas técnicas a polos produtores da região, como a comunidade de Cabaraquara, em Guaratuba, onde serão apresentados os desafios para certificar o mel coletado de colmeias de abelhas-sem-ferrão; e o território indígena da Ilha da Cotinga, em Paranaguá, no qual guaranis vivem da comercialização do produto.

Informações sobre como se inscrever no seminário podem ser obtidas no site www.meliponario.ufpr.br, pelo telefone (41) 3511-8300 ou pelo e-mail do professor Renato Bochicchio: spm@ufpr.br. A UFPR Litoral fica na Rua Jaguariaíva, 512, em

Fonte: Revista Globo Rural - 14/10/2010

3 - Curso Manejo de Abelhas Nativas sem Ferrão

27 e 28 de Novembro de 2010 - Local: IPEMA – Ubatuba – SP - Valor do curso: Estudante: R\$ 280,00 a vista / 2 X de R\$ 150,00 e Profissional: R\$ 320,00 a vista / 2 X de R\$ 170,00.

As abelhas nativas exercem função ecológica fundamental na manutenção e perpetuação das

florestas tropicais, sendo seus principais polinizadores. Além disso, produzem mel e própolis de alta qualidade. Por esse motivos, são indispensáveis em sistemas agroflorestais na Mata Atlântica. É com esse enfoque que o curso disponibilizará as informações para o manejo racional desses incríveis insetos sociais".

"A Associação Papa-Mel de Rolante/RS, formada há 08 anos, vem desenvolvendo projetos que auxiliam a recuperação de áreas degradadas bem como estimular o uso da terra de uma maneira mais ecológica e que também possa gerar renda. Assim, a junção de abelhas tubunas, manduris, guaraipos, jataís e mirins, com a juçara, a pitanga, a espinheira-santa, o manjericão, o capim-cidró, citrus, hortaliças, evidenciam a saúde e vigor desses agroecossistemas"

Palestrantes - Rafael Gehrke: Técnico agropecuário pela BBS Rotemburg (Escola profissionalizante de Rotemburg da Baixa Saxônia Alemanha) (1997). Bacharel em Administração Rural pela UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul) 2006, mestre em Desenvolvimento Rural no PGDR (Instituto de Pesquisas Econômicas da UFRGS em 2010. Coordenador do Projeto Manduri dando continuidade à atividade da Meliponicultura desde 2006.

Dilton Castro: Ecólogo pela Unesp/Rio Claro (1988) e especialista em Ecologia pela UFRGS (1996), permacultor, coordenador do Projeto de Recuperação do rio Maquiné/RS pela ong Anama e patrocínio Petrobras Ambiental e que tem nas abelhas nativas uma das estratégias para recuperação da floresta; associado e secretário da Associação Papa-Mel de Rolante/RS pelo Projeto Manduri (MMA/PDA entre 1996-1998), sobre manejo racional de abelhas nativas e agroflorestas; professor convidado do curso de Pós-Graduação de Paisagismo da PUCRS, para a disciplina de Recuperação de áreas degradadas.

Programação: - biologia das abelhas nativas; - o papel das abelhas nativas nos ecossistemas; - importância das abelhas na recuperação da Mata Atlântica; - aspectos legais envolvidos na criação; - manejo racional: ferramentas, calendário anual de atividades, técnicas de divisão de enxames, coleta e armazenagem de mel.

Para mais informações acesse <http://www.ipemabrasil.org.br>

4 - Curso de Própolis

Data: 27 de novembro de 2010; Duração: 8 horas; Horário: 8:00 às 12:00 – 13:00 às 17:30; Local: Colégio Curitibano (Rua: Amazonas, 368); Patrocínio: Associação Paranaense de Apicultura (APA) e Colégio Curitibano.

Professores: Harold Brand - Biólogo e Meliponicultor e Sebastião Gonzaga (Presidente da APA – Apicultor e Meliponicultor) - Número de alunos: 15 alunos e Custo do Curso: R\$ 200,00.

Conteúdo: (aulas práticas e teóricas): 1 - Origem da própolis e os metabólicos secundários; - Importância da flora na variabilidade da própolis; - Compostos químicos da própolis; terpenos, fenóis e compostos derivados (óleos essenciais, alcalóides e glicosídeos). - Práticas: Coleta de própolis, manejo e preparação; identificação de substâncias; aplicações.

2 – Tipos de própolis de Apis (marrom, vermelho e verde): Tipos de própolis de Abelhas Sem Ferrão.

Práticas: Preparando própolis legal: * técnicas de manejo; * técnicas de estímulos na produção de

própolis; * técnicas de comercialização; *utilização da própolis.

Contatos: * Colégio Curitibano: 0 41- 3333.3426 - Email: colcuritibano@netpar.com.br e * APA: 041-3256.0504 - Email: gonzaganativas@gmail.com

5 - Apacame Convida

Dia 03 de Novembro de 2010 - Palestra: BIOLOGIA REPRODUTIVA DOS MACHOS EM ABELHAS SEM FERRÃO.

Palestrante: Doutorando CHARLES FERNANDO DOS SANTOS, orientado da Profa. Dra. Vera Lucia Imperatriz Fonseca - USP/SP.

Horário: 20h00 - local: Salão Nobre do Parque da Água Branca - Av. Francisco Matarazzo, 455 - Bairro da Água Branca - São Paulo - SP

A Diretoria

6 - COP-10 da CDB: Países buscam mais uma chance de preservar biodiversidade global

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é um tratado da Organização das Nações Unidas (ONU) que estabelece três objetivos principais: a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes e a divisão justa e igualitária dos benefícios proporcionados pelo uso de recursos genéticos.

A CDB foi aberta para assinatura dos países durante a ECO-92, na forma de “Convenção Quadro”, ou seja, sem metas e mecanismos de implementação definidos. Ela entrou em vigor em dezembro de 1993, após ser assinada por 193 nações, mas três não a ratificaram: os EUA, Andorra e o Vaticano. Em 2002, na África do Sul, as nações signatárias aprovaram seu primeiro Plano Estratégico tendo 2010 como o ano final para alcançar os objetivos traçados. No entanto, como comprovou a terceira edição do Global Biodiversity Outlook (GBO), publicado pelo PNUMA em maio passado, nenhum país respeitou por completo o acordo firmado.

A cada dois anos é realizada a Conferência das Partes (países signatários) da Convenção, cuja sigla em inglês é COP. Nos dias 18 a 29 de outubro ocorreu a COP-10, em Nagoya, Japão, que debateu três assuntos básicos: (i) estabelecer o novo Plano Estratégico 2011-2020, documento que define as ações de conservação que os países membros terão que implementar na próxima década para reduzir a perda de biodiversidade do planeta; (ii) definir a Estratégia para Mobilização de Recursos Financeiros para que os países em desenvolvimento implementem o Plano Estratégico; (iii) obter consenso para assinar o Protocolo de Acesso e Repartição de Benefícios aos recursos genéticos da biodiversidade (ABS), cuja redação já vinha sendo discutida nos últimos 18 anos.

Desde seu começo a COP-10 esteve ameaçada de fracassar, pois as deliberações em tratados internacionais somente podem ser aprovadas pelo consenso dos países presentes nas plenárias. E vários países em desenvolvimento, com forte liderança do Brasil, vincularam a aprovação das deliberações em Nagoya à adoção do Protocolo de Acesso e Distribuição de Benefícios (Access and Benefit-sharing - ABS), que objetiva disciplinar as diferentes formas de dividir com equilíbrio os lucros provenientes da utilização de recursos genéticos e biológicos e os custos para a preservação das espécies. Na visão do Brasil, o ABS é um importante instrumento para o combate à biopirataria.

O Japão, como anfitrião desta COP, contribuiu bastante para as negociações avançarem, exercendo com autoridade a presidência, chamando as partes à negociação e propondo opções, e até com o anúncio da disponibilização de US\$ 2 bilhões, a serem liberados até 2013, para auxiliar as economias em desenvolvimento a proteger seus biomas.

No dia 29 de outubro, foi redigida uma minuta do protocolo ABS que abarcasse pontos de consenso definidos pelos grupos divergentes encabeçados pelo Brasil e pela União Europeia. O documento teria efeito vinculante, ou seja, os países signatários serão obrigados a cumpri-lo. Por volta das 2 horas da madrugada (horário local), do sábado (dia 30 de outubro) o plenário aprovou por consenso os três principais eixos temáticos em discussão na COP-10.

O Plano Estratégico 2011-2020 define 5 objetivos estratégicos e 20 metas globais que devem ser alcançadas pelos países até 2020, com a finalidade de reduzir os níveis de perda da biodiversidade. Entre as metas fixadas estão: estabelecer áreas protegidas para a manutenção de 17% dos ecossistemas terrestres e de águas internas e 10% das zonas marinhas e costeiras, em cada país (atualmente, estão sob proteção 13% dos ambientes terrestres e 1% dos ambientes marinhos, em termos globais); diminuir pelo menos pela metade (50%) a taxa de supressão de habitats (incluindo desmatamentos), e onde possível, reduzir a zero (100%) - isso em relação ao nível de 2010; adotar planos de ação para resgate de espécies ameaçadas; reduzir as pressões enfrentadas pelos recifes de coral; inclusão do valor da biodiversidade nas contas públicas dos países; a redução de subsídios destinados a atividades consideradas prejudiciais e degradantes da biodiversidade; definida uma redução da exploração inadequada dos recursos pesqueiros e hídricos (incluindo invertebrados e plantas aquáticas), evitando a superexploração; restauração de, pelo menos, 15% dos ecossistemas degradados, contribuindo assim para a atenuação das mudanças climáticas e a adaptação a elas, bem como na luta contra a desertificação.

Para o monitoramento do cumprimento das metas estão sendo definidos pontos de verificação (checking points). Os países terão que apresentar em 2015 (verificação de meio termo) algum tipo de comprovação de aplicação dos recursos e implementação das metas. Quem ficaria responsável pelo monitoramento, se aprovada sua criação pela Assembleia Geral das Nações Unidas, seria o Painel Intergovernamental para a Biodiversidade e os Serviços Ecossistêmicos (IPBES), de forma independente e não oficial. Será preparado para 2015, o 4º Panorama Global da Biodiversidade com objetivo de avaliar o progresso das metas para 2020 na metade do período. Nessa análise será verificada a contribuição da Convenção e do Plano Estratégico para o alcance das metas para 2015 dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O Protocolo de Acesso aos Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios (ABS), agora rebatizado de Protocolo de Nagoya, foi aprovado, com declarações contrárias de Venezuela, Cuba e Bolívia registradas em ata, mas sem opor ao consenso. Estes países consideraram que o documento ainda não faz a repartição justa e equitativa dos benefícios aos povos indígenas. Em síntese, o objetivo da iniciativa é fazer com que empresas que utilizam matérias-primas – animais, plantas, micro-organismos – originárias de países megadiversos repassem parte do lucro (royalties) às comunidades de onde saíram o material explorado.

Com o Protocolo aprovado, foi criada a determinação para que cada país tenha soberania (entenda-se: "direitos autorais") sobre os recursos genéticos da sua biodiversidade (flora, fauna, inclusive micro-organismos) utilizados na produção de alimentos, remédios, insumos industriais, cosméticos e em muitas outras aplicações, sendo que o acesso a estes recursos deve ser efetuado com autorização do país originário, obedecendo às leis existentes localmente (em cada país).

Se empresas e grupos farmacêuticos, biotecnológicos, de cosméticos e agrícolas desenvolverem e comercializarem um produto baseado neste acesso, os lucros ("benefícios") deverão ser obrigatoriamente compartilhado com o país de onde se originou. Em havendo um histórico de utilização (conhecimento tradicional) por povos nativos (indígenas ou comunidades ribeirinhas), estes também deverão receber os "benefícios".

Além disso, antes mesmo de começar a pesquisa, a empresa já teria que ter uma licença concedida pelo governo brasileiro. Com isto o Protocolo de Nagoya pretendeu acabar com a biopirataria. Foi definido também o conceito de "recursos genéticos", que inclui genes, proteínas e "derivativos" naturais presentes em plantas, animais e micro-organismos. Com relação aos vírus e bactérias, para uso patogênico (doenças), as regras deverão ser simplificadas em caso de epidemias.

Para que o Protocolo fosse aprovado na COP-10, foram incorporados apenas os princípios fundamentais (regras básicas), evitando-se os detalhamentos em sua redação. O que foi aprovado na COP-10 é um tratado geral, que deverá ser aplicado de fato em cada nação. Desta forma, os países deverão trabalhar suas legislações e regulamentações nacionais sobre acesso e divisão dos benefícios para colocá-lo em prática, bem como continuarem a aprimorá-lo nas próximas reuniões da CDB. Também, vale ressaltar que o Protocolo somente entrará em vigor após ser ratificado, por no mínimo, 50 países signatários.

Com relação ao plano de mobilização de recursos financeiros para financiar ações de conservação da biodiversidade do Plano Estratégico 2011 a 2020, foi definido que os países devem realizar avaliações internas e apresentarem suas necessidades financeiras para a efetiva execução do Plano Estratégico, de forma que na COP-11 que será realizada em Nova Délhi (Índia), em 2012, seja aprovado um plano de financiamento claro e efetivo para o restante da década.

A Bolívia solicitou a inclusão de uma observação ao documento, sobre a necessidade da geração de mecanismos financeiros inovadores. No momento são destinados US\$ 3 bilhões anuais à assistência ao desenvolvimento em matéria de biodiversidade e conservação, mas os especialistas concordam que a quantia deveria ficar entre US\$ 30 bilhões e US\$ 300 bilhões.

Agora cabe a cada país elaborar sua Estratégia Nacional de Biodiversidade e Plano de Ação para o cumprimento das metas do Plano Estratégico 2011-2020. "Temos que discutir e definir com nossa sociedade as diretrizes, objetivos, metas, indicadores, prioridades, recursos e parceiros, considerando que temos 10 anos para um novo patamar de conservação da biodiversidade", afirmou a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, sobre as novas perspectivas internacionais até 2020. Ela também afirmou que já está em andamento a construção do "Relatório TEEB Brasil" (Estudos de Economia de Ecossistemas e Biodiversidade), que trará uma nova abordagem sobre a conservação da biodiversidade.

Fonte: Informativo nº 87 - Novembro 2010 - <http://www.maternatura.org.br>

7 - Hora das indígenas

Sem ferrão e com um mel valorizado, as espécies brasileiras conquistam mais criadores. Aumenta chance de sobrevivência.

Uma mudança na legislação brasileira pode, a um tempo, ampliar significativamente a escala de produção do mel de abelhas nativas e favorecer a conservação de espécies ameaçadas pela competição com a abelha européia africanizada. A nova regra foi sugerida e defendida pelo

ambientalista e professor titular de Ecologia do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, Paulo Nogueira-Neto, uma das maiores autoridades do país nos estudos da vida e criação das abelhas indígenas sem ferrão.

Desde agosto de 2004, essas abelhas podem ser comercializadas em território brasileiro entre criadores registrados no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A restrição anterior a esta comercialização, baseada na proibição de venda de fauna brasileira, dificultava a criação comercial, conferindo grande vantagem à *Apis mellifera*, a espécie trazida da Europa em 1839 pelo Padre Antônio Carneiro, que se espalhou pelos ecossistemas brasileiros e passou a competir com as abelhas indígenas.

“Ainda falta regulamentar o registro do mel para que o produto passe a estar sujeito à inspeção federal e deixe de ser considerado apenas artesanal, ganhando escala, o primeiro passo na direção das exportações”, observa Nogueira-Neto. O especialista lembra que o mel de abelhas indígenas obtém um preço de mercado bem mais elevado do que o comum, podendo chegar a R\$120,00 o quilo, caso do mel de urucu-do-nordeste (*Melipona escutellaris*). Ele acredita numa boa penetração no mercado europeu e até propõe a adoção do nome iramel ou uiramel para designar a origem indígena.

Já existem produções comerciais com alguma escala nas regiões Norte e Nordeste. Em Boa Vista do Ramos, município próximo de Manaus, no estado do Amazonas, um produtor espera colher este ano algo em torno de 3 toneladas de mel das abelhas jupará preta (*Melipona compressipes*) e jupará amarela (*M. seminigra*). E, em Pernambuco, outro produtor mantém pelo menos 500 colméias urucu-do-nordeste.

É verdade que a produtividade das abelhas indígenas é bem menor do que a das abelhas européias. Elas têm outra maneira de construir as células para suas crias e não produzem favos, mas depositam o mel em pequenos potes, feitos de cera, que dão mais trabalho para colher. Em compensação, seu mel tem concentrações superiores de uma substância chamada inibina, produzida pela enzima glucoseoxidase, que tem propriedades antibióticas.

Pode ser considerado medicinal, portanto, uma qualidade popularmente conhecida há muito tempo – os indígenas brasileiros já usavam o mel como remédio antes da chegada dos europeus (e das abelhas européias) - mas que precisou de alguns testes de laboratório para ser cientificamente reconhecida.

Os testes foram feitos com bacilos patogênicos, isto é, causadores de doenças. Entre eles, o *Bacillus anthracis*, o mesmo antraz dos ataques terroristas nos Estados Unidos, cujos esporos foram eliminados pelo mel num prazo de 24 horas. E o mel das abelhas indígenas provou uma eficiência maior do que o mel comum na ação contra as bactérias *Escherichia coli*, *Salmonella spp*, *Pseudomonas aeruginosa* e *Streptococcus*, conforme relata Nogueira-Neto, devido ao seu pH mais baixo (mais ácido) do que o do mel comum. O mel indígena tem outras propriedades medicinais, divulgadas popularmente, mas ainda sem comprovação, caso do uso como colírio ou cicatrizante de feridas e queimaduras.

E é preciso alertar os eventuais usuários sobre os hábitos anti-higiênicos de algumas espécies de abelhas indígenas, cujo mel pode conter alto índice de coliformes fecais. É o caso da mandaçaia (*Melipona quadrifasciata*) e da irapuá ou arapuá (*Trigona spinipes*). Elas usam fezes de animais para calafetar as frestas de seus ninhos ou para marcar o território, na entrada das colméias.

“A melhor garantia de que o mel não está contaminado é sua procedência e a forma como é tratado, por isso é preciso regulamentar a comercialização e estabelecer padrões de colheita, pasteurização e acondicionamento”, acrescenta Nogueira Neto. “Enquanto não há regulamentação, entre as abelhas indígenas, recomendo sempre o mel de jataí (*Tetragonisca angustula*), que é a espécie mais higiênica”.

Mesmo assim, o mel deve ser pasteurizado. Mais líquido e menos doce (mais ácido) do que o mel comum, o produto das abelhas indígenas pode fermentar com alguma facilidade. Enquanto o mel comum tem de 16 a 20% de água, o mel indígena tem mais de 30%. A pasteurização pode ser feita artesanalmente, em banho maria, tomando-se certos cuidados, sobretudo o de verificar a temperatura com um termômetro de laticínio (72°C durante 15 segundos), mexer sempre para distribuir o calor de maneira uniforme e não deixar o mel ferver, porque as altas temperaturas eliminam a enzima produtora de inibina, o antibiótico natural.

As vantagens da criação e conservação das abelhas indígenas não se restringem ao mel. Nativas e bem adaptadas aos ecossistemas brasileiros, elas têm um papel importantíssimo na polinização das plantas. Existem espécies de orquídeas e bromélias polinizadas exclusivamente por abelhas da tribo euglossini, que geralmente apresentam cores metálicas, tendendo para o verde ou roxo.

Há também flores grandes e de formato diferenciado - como o maracujá (*Passiflora edulis*) - que chegam a ser visitadas pelas abelhas européias, mas não são polinizadas, porque estas não alcançam a parte feminina da flor como as mamangavas (tribo bombini), as polonizadoras naturais, bem maiores do que a *Apis mellifera*.

“O problema é que as abelhas européias são muito ativas nas primeiras horas do dia e visitam rapidamente as flores disponíveis, enquanto as abelhas indígenas tendem a distribuir a coleta de néctar e pólen ao longo do dia”, explica Ivan Sazima, da Zoologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). “Num local onde existam os dois tipos de abelhas, as indígenas tendem a ‘chegar atrasadas’ às flores, visitando-as quando já não há pólen disponível e, portanto, deixando de cumprir a função polinizadora, que as européias também não cumprem porque não são do tamanho certo”.

As abelhas européias já são eficientes na polinização de algumas plantas de borda, como são chamadas as espécies que crescem nas zonas de mata mais aberta, no limite com culturas ou áreas alteradas pelo homem. O exemplo mais evidente é o das jtitiranas, trepadeiras que se sobrepõem à copa de outras árvores, atrapalhando sua fotossíntese.

Assim, o fato de existirem abelhas européias africanizadas, numa região de florestas fragmentadas, acaba por interferir na dinâmica natural da flora. E florestas fragmentadas não faltam em toda a região de domínio da Mata Atlântica, justamente onde também estão as abelhas ‘invasoras’. Para Paulo Nogueira Neto, depois de um período de retração, por excesso de competição com as abelhas européias, a população das espécies indígenas está voltando a crescer, ocupando áreas mais internas dos fragmentos florestais, onde o excesso de sombra limita a *Apis mellifera*. “O fato de as abelhas indígenas produzirem bem em área de floresta abre a possibilidade de se ter uma atividade econômica em muitas regiões do país, mantendo a mata em pé, sem derrubadas”, diz.

Os enxames naturais ainda podem ser favorecidos com a disponibilização de locais para construção das colméias, como as caixas artificiais especialmente desenhadas para estas abelhas por Nogueira-Neto, menores do que as de abelhas européias e quadradas. Os ocós de árvores velhas, anteriormente usados por estas espécies, hoje são mais raros, seja porque foram retirados para uso como lenha ou porque tendem a cair com o vento, quando a floresta é fragmentada.

“E não podemos esquecer a maior vantagem das abelhas indígenas, que é o fato de não terem ferrão”, conclui Nogueira-Neto. “Elas podem ser criadas muito perto de casa, sem oferecer risco aos homens ou aos animais domésticos”.

As indígenas e suas tribos - A classificação das abelhas é um pouco diversa da dos animais vertebrados e inclui a divisão em subfamílias e tribos. A família Apidae divide-se em: metálicas, verdes ou arroxeadas.

Apíneos - No Brasil representada apenas pela *Apis mellifera*, a abelha européia ou africanizada, introduzida no país em 1839 pelo Padre Antonio Carneiro. Ele trouxe 100 colônias do Porto, em Portugal, das quais apenas 7 teriam sobrevivido à travessia do oceano

Meliponíneos - Abelhas indígenas sem ferrão que produzem mel

Bombíneos - Mamangavas grandes, peludas, às vezes totalmente pretas, às vezes pretas e amarelas. Polinizam o maracujá (*Passiflora edulis*)

Euglossíneos - Também chamadas abelhas das orquídeas. Polinizam orquídeas e bromélias e, em geral, são de cores metálicas, verdes ou arroxeadas.

A diferença entre vespas e abelhas - Para quem não é muito familiarizado com o mundo dos insetos pode parecer difícil distinguir vespas, abelhas, marimbondos e outros tantos nomes com que são chamados esses invertebrados de asas transparentes e corpo semelhante ao das formigas. De fato, todas pertencem à Ordem Hymenoptera – que também inclui as formigas – e as diferenças entre algumas espécies podem ser muito sutis, coisa para especialistas. Mas, pelo comportamento ou tipo de moradia, é possível pelo menos separar abelhas e vespas.

Só as abelhas produzem mel e fazem células de cera, seja para abrigar as crias e/ou para estocar alimento. Essas construções das abelhas normalmente são internas, feitas em ocos de árvores, fendas de rochas ou caixas artificiais. As casas de vespas, ao contrário, são externas, de um material semelhante ao papelão, constituído de fibras vegetais e saliva. Os formatos variam muito, das bem desenhadas casas de cabas – uma das vespas mais temidas da Amazônia, de picada muito dolorida – a pequenas células penduradas nos telhados, dos marimbondos comuns. Marimbondos, aliás, são vespas crescidas, só uma variação no modo de chamar insetos da mesma categoria.

As abelhas são herbívoras, só comem vegetais e preferem pólen e néctar colhido nas flores, razão pela qual são polinizadoras por excelência. As vespas são carnívoras, embora eventualmente também se alimentem de frutos, de seiva ou cheguem a visitar algumas flores. As abelhas enxameiam, as vespas, não. A maioria das abelhas tem o corpo sólido, em alguns casos peludo, enquanto as vespas são mais delgadas, de cintura fina e bem marcada.

A posição das asas também é diferente: as abelhas estão sempre com as asas em pé, mas as vespas sabem dobrá-las longitudinalmente, parecendo mais ‘assentadas’. Finalmente, para quem for perseguido por espécies com ferrão, é melhor que sejam abelhas, que picam uma única vez e perdem o ferrão na picada, pois as vespas podem picar diversas vezes.

Mel Comum (APIS MELLIFERA)

16 a 20% de água; Gosto tende a ser mais doce; Cristaliza mais fácil, em dias frios; A produtividade

é maior; É produzido em áreas abertas, ensolaradas; É pasteurizado a 63oC

MEL INDÍGENA (MELIPONÍNEOS)

Mais de 30% de água; - Gosto tende a ser mais ácido; Pode fermentar se a colheita não for higiênica; - Contém alta concentração de inibina, enzima antibiótica e antibacteriana; - É produzido em áreas abertas, sombreadas e de floresta; - Não agüenta temperaturas superiores a 59oC

Fonte: 17/11/2009 - Terra da Gente - Liana John - <http://eptv.globo.com/terradagente/Agencia.aspx?865-> <http://eptv.globo.com/terradagente/NOT,0,0,277747,Hora+das+indigenas.aspx>

8 - Conheça mais sobre o tráfico de animais silvestres no Brasil

O tráfico de animais silvestres está entre as atividades ilícitas mais praticadas no mundo, atrás apenas do tráfico de armas, tráfico de drogas e tráfico de seres humanos, segundo a Polícia Federal. No Brasil, o problema não é menor: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) apreendeu, só até setembro deste ano, mais de 8,8 mil animais silvestres pelo país. Em 2009, o número ultrapassou os 31 mil.

A principal rota do tráfico de animais silvestres no Brasil começa na Região Nordeste, com a retirada de espécies da natureza, e segue até o grande mercado consumidor da fauna no país: a Região Sudeste. Segundo o Ibama, os estados onde ocorre a maior parte das capturas de animais são Maranhão, Bahia, Ceará, Piauí e Mato Grosso. Já os estados com o maior mercado consumidor são São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

“As principais ‘fornecedoras’ de animais para o tráfico são as pequenas populações ribeirinhas, em que há um elevado grau de pobreza. A falta de capacidade financeira, em épocas de estiagem, por exemplo, leva essa população a recorrer a outras formas de renda, como a venda de espécies disponíveis em sua região. Isso ocorre muito em assentamentos. Sem suporte, algumas pessoas recorrem ao tráfico como um meio de sobrevivência”, afirma o coronel Angelo Rabelo, oficial da reserva da Polícia Militar Ambiental, e coordenador do Curso de Estratégias para Conservação da Natureza, um programa de capacitação de oficiais.

Além da comercialização por intermédio de traficantes, a venda de animais também acontece em estradas pelo país, principalmente na Região Nordeste. “É comum a venda de tartaruguinhas e jiboias, levadas por turistas como ‘lembranças’. Ainda assim, isso é minoria. O maior volume de animais é destinado ao tráfico. Os traficantes usam o conhecimento empírico dessas populações para aliciar essas pessoas. Os animais são, em geral, encomendados, e o valor pago é muito baixo”, diz Raulff Ferraz Lima, coordenador executivo da Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (Renctas).

Segundo o Relatório Nacional sobre o Tráfico de Fauna Silvestre, publicado pela Renctas, 60% dos animais comercializados ilegalmente são para consumo interno, o chamado tráfico doméstico. Seguem para destinos internacionais 40% dos animais retirados da fauna brasileira. De acordo com Lima, a exportação ilegal de aves e peixes ornamentais é feita, principalmente, para a Europa. Na Ásia, o consumo majoritário é de répteis e insetos. Já na América do Norte, o mercado consome principalmente primatas, papagaios e araras.

No Brasil, de forma geral, as aves são as mais comuns em apreensões de tráfico. Segundo o Ibama, elas correspondem a 80% do total, sendo que destas, 90% são passeriformes, os pássaros,

caracterizados pelo belo canto (curió, canário da terra, coleiros e trinca-ferro, por exemplo). Os psitacídeos (maioria papagaios, seguido de jandaia, periquitos e araras) representam 6% e as demais ordens de aves correspondem aos outros 4% das apreensões. "As aves são as preferidas por suas características de cores e canto diferenciadas, e pelo valor que têm", afirma o coronel Rabelo.

O tráfico de animais silvestres pode ser enquadrado em algumas categorias, cada um com particularidades com relação a destinos e animais "prediletos". O mercado que movimenta, segundo Lima, a maior soma de recursos no país é o de colecionadores particulares. "Eles priorizam animais ameaçados de extinção, que são mais caros e provocam um impacto maior no meio ambiente", diz o diretor executivo da Renctas.

Neste caso, os animais mais procurados são araras, papagaios e beija-flores. Já os animais para companhia mais populares são iguanas, jiboias, arararas e papagaios, além de pássaros de canto e macacos. Outro uso comum de animais traficados é a biopirataria - que retira animais da natureza para pesquisas científicas. As serpentes venenosas e os insetos aparecem como os mais procurados nesta categoria. Especialistas ressaltam que não são comuns apreensões de insetos, aracnídeos e serpentes, isso porque são animais muito pequenos, transportados, em geral, já mortos, e por meio de serviços postais.

Segundo o Ibama, o tráfico de animais pode contribuir para a redução de espécies na natureza, tornando-as ameaçadas de extinção no país ou localmente. Alguns exemplos de animais ameaçados e objetos do tráfico são a arajuba, o papagaio-chauá, o curió, o bicudo e o cardeal. O tráfico contribuiu para a extinção na natureza da ararinha-azul, que hoje só existe em cativeiro. O coronel Rabelo resalta ainda o caso do mico-leão-dourado, referência pela beleza e pelo tamanho, que tende a não chamar atenção. "Ele chegou à linha crítica da extinção e hoje está reduzido à região do Posto das Antas, em pequenas populações", afirma.

O controle do tráfico de animais silvestres no Brasil se dá, em sua maioria, a partir de denúncias anônimas. Há fiscalização nas rotas já conhecidas como usadas pelo crime, com o auxílio da Polícia Federal, mas os animais são transportados, muitas vezes, de forma a não chamar a atenção dos agentes. "A maior parte dos animais é transportada em veículos de pequeno porte, utilizando técnicas que levam muitas espécies à morte. Eles usam malas de viagem, fundos falsos de carro, e optam por trazer essas espécies como filhotes, porque dão menos trabalho e chamam menos a atenção", diz o coronel da Polícia Militar Ambiental.

Já o Ibama realiza fiscalizações por meio de atividades de investigação e inteligência e recebimento de denúncias. O objetivo dessas atividades de investigação é averiguar a existência do tráfico de animais e detectar os envolvidos. A análise do Sistema de Cadastro de Criadores Amadoristas de Passeriformes (Sispas) ajuda a identificar procedimentos suspeitos realizados pelos criadores, e assim direcionar operações de fiscalização.

"A utilização de técnicas de inteligência, que permitam conhecer a dinâmica desse fenômeno criminoso e identificar todos envolvidos, representa uma necessidade. Só através dela é possível identificar todos os envolvidos, e não apenas um ou dois elos dessa cadeia criminoso. Além disso, uma boa investigação também representa uma considerável economia de recursos ao fornecer informações precisas para embasar as decisões de natureza preventiva ou repressiva a serem tomadas", diz Franco Perazzoni, delegado de Polícia Federal.

Com a criação de uma divisão especializada em crimes ambientais e de Delegacias de Repressão a Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, a Polícia Federal já realizou 14 operações voltadas ao combate ao tráfico de animais e biopirataria, desde 2003. De acordo com Perazzoni,

mais de 10 mil animais ilegais já foram apreendidos, e cerca de 200 prisões ocorreram, com destaque para a Operação Oxossi, deflagrada em março de 2009 em vários estados do Brasil e no exterior (com o apoio da Interpol), e que resultou na prisão de 112 pessoas.

Fonte: <http://eptv.globo.com/terradagente/NOT,0,0,318662,Trafico%20nao%20compre.aspx> - Informativo nº 87 - Novembro 2010 - <http://www.maternatura.org.br>

9 - Brasil cumpre apenas duas das 51 metas nacionais para preservação da biodiversidade

O Brasil cumpriu duas das 51 metas nacionais para preservação da biodiversidade, segundo o 4º Informe Nacional sobre a implementação da CDB, relatório do Ministério do Meio Ambiente preparado para a décima edição da Conferência das Partes sobre Biodiversidade (COP-10), em Nagoya, no Japão. O relatório brasileiro sobre o cumprimento das metas foi publicado no dia 10 de outubro pelo site oficial da COP-10, apenas oito dias antes do início da convenção.

No documento, o governo brasileiro informa que apenas duas metas nacionais foram atingidas. Uma delas foi a redução de 25% do número de focos de incêndio em cada bioma. Este item, no entanto, considera os dados só até 2009, o que exclui o recrudescimento dos casos de incêndios e queimadas neste ano. A outra meta alcançada foi a catalogação de todas as espécies brasileiras da fauna e da flora já conhecidas. A listagem reúne informações úteis para pesquisadores, como nome científico das espécies, classificação taxonômica e área de ocorrência. A catalogação, porém, deixa uma grande lacuna ao não procurar novas espécies. Segundo estimativas do próprio ministério, 70% das espécies brasileiras, principalmente de insetos, ainda não são conhecidas.

O relatório informa que outras quatro metas foram cumpridas parcialmente: conservação de pelo menos 30% do bioma Amazônia (chegou a 27%); aumento nos investimentos em estudos e pesquisas para o uso sustentável da biodiversidade; aumento no número de patentes geradas a partir de componentes da biodiversidade; e redução em 75% na taxa de desmatamento na Amazônia.

Por outro lado, ficaram de fora metas importantes, relacionadas à preservação direta da biodiversidade. Nos biomas onde as unidades de conservação deveriam ocupar ao menos 10% do território, os resultados ficaram bem distantes. Foi o caso do Pantanal, com 4%, e das zonas costeiras, 1,5%. Na Mata Atlântica, a meta de desmatamento zero não foi alcançada. Já em relação à fauna, não houve redução da lista de espécies animais ameaçadas de extinção.

As 51 metas de conservação para 2010 foram estipuladas pela Resolução 03, de 21 de dezembro de 2006, da Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio). Os compromissos têm o objetivo de combater a perda de biodiversidade, o desmatamento e a extinção de espécies biológicas. Esses problemas se repetem em vários países e causam prejuízos globais de até US\$ 4,5 trilhões (mais de R\$ 8 trilhões) por ano, segundo levantamento do TEEB, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Fonte: Informativo nº 87 - Novembro 2010 - <http://www.maternatura.org.br>

10 - Abelhas sem ferrão atuam na disseminação da vida

Autor: Michelle Treichel - A preservação da biodiversidade deve ser uma preocupação de todos. A preservação da biodiversidade deve ser uma preocupação de todos. Pequenas ações de cada ser humano ajudam a manter vivas espécies da flora e fauna. O técnico de enfermagem José Carlos Haas está consciente de seu papel. No pátio de sua residência, em Santa Cruz do Sul, ele se dedica à

criação de abelhas nativas, que caracterizam-se por não ter ferrão e são indispensáveis na polinização de diversas plantas.

O interesse pelos insetos iniciou há oito anos, quando ganhou uma colmeia da abelha jataí de presente. Hoje, o meliponicultor possui 23 espécies diferentes e trabalha na multiplicação dos enxames. Segundo conta, as colmeias são trocadas com outros criadores de todo o País com foco no melhoramento genético das espécies. “As abelhas são indispensáveis à natureza. Sem elas, somos um mundo perdido”, ressalta.

Na última quinta-feira, Haas compartilhou seus conhecimentos e sua consciência ecológica. Por meio do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa), liderou uma oficina teórico-prática de meliponicultura. O encontro reuniu 16 pessoas de diferentes segmentos interessadas no assunto. Durante a manhã, foram repassados os conhecimentos teóricos e, na parte da tarde, todos puderam conhecer mais de perto as características de cada espécie do meliponário.

O agrônomo Luiz Rogério Boemeke explica que encontros como esse são realizados há três anos, sempre nos meses de primavera e verão – período de maior atividade dos enxames. Segundo comenta, chama a atenção a diversidade das pessoas interessadas pelo assunto e dispostas a também desenvolverem a atividade. “É importante essa adesão, pois as abelhas ajudam no equilíbrio ambiental”, diz. Interessados em conhecer o mundo das abelhas sem ferrão podem procurar o Capa e agendar sua presença no próximo encontro.

Aprovação - Um dos alunos da última edição da oficina teórico-prática de meliponicultura, o funcionário público João Lima, de 47 anos, estuda esse tipo de inseto há três anos. Coordenador da Secretaria Estadual de Meio Ambiente em Santa Cruz do Sul, ele reconhece o trabalho de polinização realizado pelas abelhas nativas. “Elas são necessárias na perpetuação da vida.”

Como atua na área florestal, os conhecimentos de Lima sobre o assunto são úteis no dia a dia. “Posso orientar melhor as pessoas para que preservem sempre, pois muitas espécies estão ameaçadas de extinção.” Além disso, mantém 15 colméias em sua propriedade, muitas retiradas de lugares desmatados ou com licenciamento de supressão.

Saiba mais - As abelhas nativas são tipicamente brasileiras e não possuem ferrão, o que atrai a atenção de criadores pela facilidade de manuseio das colmeias. Em todo o território nacional, estudos indicam a existência de mais de 200 espécies. No Rio Grande do Sul, já foram catalogadas 21. A técnica de criação desses insetos é conhecida como meliponicultura. As principais abelhas sem ferrão são a urucu verdadeira, urucu amarela, jataí, mandaçaia e tiuba amarela. O mel das abelhas nativas é saboroso, diferenciado e reconhecido por suas importantes propriedades funcionais à saúde humana.

Fonte: Gaz.com, publicada em: 01/11/2010

11- Site Interessante: IPEMA

INSTITUTO DE PERMACULTURA E ECOVILAS DA MATA ATLÂNTICA:
<http://www.ipemabrasil.org.br/portugues.html>

<p>DERAL – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL Editor Responsável: Roberto de Andrade Silva – andrades@seab.pr.gov.br - fone: 0xx41-3313.4132 – fax: 3313.4031 - www.seab.pr.gov.br-fone: 0xx41-3313.4132 – fax: 3313.4031</p>
--